

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	236.788	40.871
Contas a receber de clientes e outros	5	815.392	734.279
Títulos e valores mobiliários	6	26.233	17.274
Impostos e contribuições a recuperar	7	53.433	50.737
Estoques		5.190	4.769
Despesas pagas antecipadamente		5.161	5.852
Serviços em curso		58.851	35.021
Outros ativos circulantes	9	26.430	48.914
TOTAL DO CIRCULANTE		1.227.478	937.717
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	415.170	500.302
Títulos e valores mobiliários	6	57.838	61.564
Impostos e contribuições a recuperar	7	14.490	10.355
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	164.542	173.337
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	8	212.392	232.884
Depósitos judiciais	11	30.520	22.576
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	269.623	135.317
Outros ativos não circulantes	9	2.158	2.408
Investimentos		2.467	1.895
Intangível	13	1.660.840	1.601.860
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.830.040	2.742.498
TOTAL DO ATIVO		4.057.518	3.680.215

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2011	2010
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	260.609	251.189
Empréstimos e financiamentos	15	168.648	154.523
Debêntures	16	194.330	229.755
Salários e encargos a pagar	17	18.289	24.378
Taxas regulamentares	18	63.990	47.272
Impostos e contribuições a recolher	19	113.540	106.551
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	22.653	21.613
Provisões	21	8.904	4.607
Entidade de previdência privada	32	15.233	14.355
Outros passivos circulantes	22	54.572	49.086
TOTAL DO CIRCULANTE		920.768	903.329
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	23.994	3.622
Empréstimos e financiamentos	15	609.251	503.410
Debêntures	16	456.782	280.035
Taxas regulamentares	18	52.930	53.431
Impostos e contribuições a recolher	19	1.654	2.395
Impostos e contribuições sociais diferidos	10	46.016	41.879
Provisões	21	51.659	46.842
Entidade de previdência privada	32	279.500	290.995
Outros passivos não circulantes	22	7.670	2.906
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.529.456	1.225.515
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		386.776	345.917
Outros resultados abrangentes		14.214	6.843
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		58.050	50.357
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.607.294	1.551.371
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.057.518	3.680.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
RECEITA BRUTA	24	4.360.492	4.240.980
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	25	<u>(1.446.359)</u>	<u>(1.380.913)</u>
RECEITA LÍQUIDA		2.914.133	2.860.067
CUSTO DO SERVIÇO	26	<u>(2.185.354)</u>	<u>(2.014.936)</u>
LUCRO BRUTO		728.779	845.131
Despesas com vendas	26	(168.910)	(113.129)
Despesas gerais e administrativas	26	<u>(129.337)</u>	<u>(139.554)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		430.532	592.448
Resultado financeiro		<u>(103.543)</u>	<u>(52.550)</u>
Receita financeira	27	137.247	118.491
Despesa financeira	27	<u>(240.790)</u>	<u>(171.041)</u>
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		326.989	539.898
Imposto de renda e contribuição social		<u>(43.573)</u>	<u>(91.607)</u>
Corrente	10	(54.576)	(138.649)
Diferido	10	(9.134)	2.781
Imposto de renda - SUDENE	10	40.629	65.521
Amortização ágio e reversão PMIPL	10	(20.492)	(21.260)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>283.416</u>	<u>448.291</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		3,7948	6,0023
Preferencial A		3,7948	6,0023
Preferencial B		4,1742	6,6023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro do exercício	283.416	448.291
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	14.694	11.960
Tributos s/ ganhos (perda) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(7.323)</u>	<u>(4.066)</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	7.371	7.894
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>290.787</u>	<u>456.185</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Agio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	590.174	30.077	454.999	73.004	162.361	102.322	-	(1.051)	(118.232)	112.180	1.405.834
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.180)	(112.180)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.180)	(112.180)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	448.291	-	448.291
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	7.894	-	-	7.894
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	-	-	-	15.713	-	-	(15.713)	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	65.521	-	-	-	(65.521)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.776)	-	(84.776)
Dividendos intermediários (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(113.692)	-	(113.692)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.357)	50.357	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	590.174	30.077	454.999	73.004	227.882	118.035	-	6.843	-	50.357	1.551.371
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	230	-	-	-	230
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.357)	(50.357)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	230	-	-	(50.357)	(50.127)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	283.416	-	283.416
Ganho líquido sobre ativos disponíveis para venda (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	7.371	-	-	7.371
Destinações:											
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	-	40.629	-	-	-	(40.629)	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.650)	-	(89.650)
Dividendos intermediários (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.087)	-	(95.087)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	58.050	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	590.174	30.077	454.999	73.004	268.511	118.035	230	14.214	-	58.050	1.607.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro do exercício (antes dos impostos)	326.989	539.898
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	138.242	131.038
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	162.362	123.958
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	1.312	1.027
Valor residual do ativo intangível baixado	1.608	11.591
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	27.882	27.225
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	130.303	22.914
	<u>788.698</u>	<u>857.651</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(126.284)	(132.934)
Impostos e contribuições a recuperar	(6.383)	(27.360)
Estoques	(421)	738
Depósitos judiciais	(6.956)	(3.484)
Despesas pagas antecipadamente	691	2.118
Outros ativos	(1.098)	(38.698)
	<u>(140.451)</u>	<u>(199.620)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	29.792	23.280
Salários e encargos a pagar	(6.089)	(2.045)
Encargos de dívidas e swap pagos	(112.516)	(97.965)
Taxas regulamentares	16.770	39.311
Impostos e Contribuições a recolher	(4.783)	(96.114)
Indenizações/Contingências pagas	(25.356)	(16.053)
Entidade de Previdência Privada	(27.593)	(41.493)
Outros passivos	10.251	13.348
	<u>(119.524)</u>	<u>(177.731)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>528.723</u>	<u>480.300</u>
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de Empréstimos e financiamentos	376.782	267.811
Captação de Debêntures	360.000	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(287.980)	(118.644)
Amortização do principal de debêntures	(224.423)	(134.771)
Obrigações vinculadas	5.136	8.794
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(233.167)	(355.927)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(3.652)</u>	<u>(332.737)</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(572)	(793)
Aquisição de intangível	(330.674)	(229.266)
Títulos e valores mobiliários	2.092	33.199
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(329.154)</u>	<u>(196.860)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>195.917</u>	<u>(49.297)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	40.871	90.168
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>236.788</u>	<u>40.871</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>195.917</u>	<u>(49.297)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	4.360.492	4.240.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(130.303)	(22.912)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	1.003	3.525
	<u>4.231.192</u>	<u>4.221.593</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.336.212)	(1.325.742)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(163.317)	(150.861)
Matérias-primas consumidas	(7.215)	(6.711)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(546.700)	(464.262)
	<u>(2.053.444)</u>	<u>(1.947.576)</u>
Valor adicionado bruto	2.177.748	2.274.017
Amortização	(138.242)	(131.038)
	<u>2.039.506</u>	<u>2.142.979</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	137.247	118.492
Valor adicionado total a distribuir	2.176.753	2.261.471
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	78.977	75.497
Encargos sociais (exceto INSS)	17.368	16.100
Entidade de previdência privada	12.791	21.754
Auxílio alimentação	8.985	6.564
Convênio assistencial e outros benefícios	3.900	3.558
Rescisões	2.195	4.809
Férias e 13º salário	20.795	15.350
Plano de saúde	9.552	3.804
Indenizações trabalhistas	3.861	6.622
Participação nos resultados	8.205	17.258
Administradores	2.184	2.015
Encerramento de ordem em curso	1.806	728
(-) Transferência para Ordens	(37.062)	(30.921)
Subtotal	133.557	143.138
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	19.747	17.371
ICMS	846.009	817.126
PIS/COFINS sobre faturamento	375.367	91.606
Imposto de renda e contribuição social	43.574	364.221
Obrigações intra-setoriais	229.476	203.738
Outros	2.848	3.132
Subtotal	1.517.021	1.497.194
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	240.790	171.042
Aluguéis	1.969	1.806
Subtotal	242.759	172.848
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	89.650	84.776
Dividendos distribuídos	95.087	113.692
Dividendos propostos	58.050	50.357
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	40.629	65.521
Lucro retido (Reserva Legal)	-	133.945
Subtotal	283.416	448.291
Valor adicionado distribuído	2.176.753	2.261.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - Base de cálculo

	2011	2010
	R\$ mil	R\$ mil
Recorta Líquida (RL)	2.914.134	2.860.068
Resultado Operacional (RO)	326.989	539.898
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	139.281	129.430
Valor Adicionado Total (VAT)	2.176.753	2.261.471

2 - Indicadores sociais internos

	% sobre					% sobre			
	R\$ mil	FPB	RL	VAT		R\$ mil	FPB	RL	VAT
Alimentação	9.098	6,53%	0,31%	0,42%	6.693	5,17%	0,23%	0,30%	
Encargos sociais compulsórios	35.954	25,81%	1,23%	1,65%	32.709	25,27%	1,14%	1,45%	
Previdência privada	12.791	9,18%	0,44%	0,59%	21.754	16,81%	0,76%	0,96%	
Saúde	9.584	6,88%	0,33%	0,44%	3.836	2,96%	0,13%	0,17%	
Segurança e saúde no trabalho	1.242	0,89%	0,04%	0,06%	1.262	0,98%	0,04%	0,06%	
Educação	185	0,13%	0,01%	0,01%	214	0,17%	0,01%	0,01%	
Cultura	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.127	1,53%	0,07%	0,10%	1.899	1,47%	0,07%	0,08%	
Creches ou auxílio-creche	389	0,28%	0,01%	0,02%	336	0,26%	0,01%	0,01%	
Esporte	14	0,01%	0,00%	0,00%	8	0,01%	0,00%	0,00%	
Participação nos lucros ou resultados	8.205	5,89%	0,28%	0,38%	17.258	13,33%	0,60%	0,76%	
Transporte	700	0,50%	0,02%	0,03%	696	0,54%	0,02%	0,03%	
Outros	1.302	0,93%	0,04%	0,06%	1.601	1,24%	0,06%	0,07%	
Total - Indicadores sociais internos	81.591	58,56%	2,78%	3,76%	88.266	68,21%	3,07%	3,90%	

3 - Indicadores sociais externos (1)

	% sobre					% sobre			
	R\$ mil	RO	RL	VAT		R\$ mil	RO	RL	VAT
Educação	542	0,17%	0,02%	0,02%	215	0,04%	0,01%	0,01%	
Cultura	31.361	9,59%	1,08%	1,44%	30.290	5,61%	1,06%	1,34%	
Saúde e saneamento	53	0,02%	0,00%	0,00%	182	0,03%	0,01%	0,01%	
Esporte	0	0,00%	0,00%	0,00%	5	0,00%	0,00%	0,00%	
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%	
Fundo de desenvolvimento social	21.000	6,42%	0,72%	0,96%	28.390	5,26%	0,99%	1,26%	
Eletificação para população rural e carente	57.236	17,50%	1,96%	2,63%	25.704	4,76%	0,90%	1,14%	
Outros	189	0,06%	0,01%	0,01%	232	0,04%	0,01%	0,01%	
Total das contribuições para a sociedade	110.381	33,76%	3,79%	5,06%	85.018	15,74%	2,98%	3,77%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.251.165	231,74%	43,75%	55,33%	1.237.790	229,26%	43,28%	54,73%	
Total - Indicadores sociais externos	1.361.546	265,50%	47,54%	60,39%	1.322.808	245,00%	46,26%	58,50%	

4 - Indicadores ambientais (1)

4.1 - Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa

	% sobre					% sobre			
	R\$ mil	RO	RL	VAT		R\$ mil	RO	RL	VAT
Desapropriação de terras	1.600	0,49%	0,05%	0,07%	738	0,14%	0,03%	0,03%	
Rede compacta ou linha verde	36.997	11,31%	1,27%	1,70%	27.200	5,04%	0,95%	1,20%	
Podas de árvores	5.417	1,66%	0,19%	0,25%	4.719	0,87%	0,16%	0,21%	
Passivos e Contingências Ambientais (Usina Tubarão)	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%	
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	4.669	1,43%	0,16%	0,21%	3.213	0,60%	0,11%	0,14%	
Conservação de energia	1.359	0,42%	0,05%	0,06%	359	0,07%	0,01%	0,02%	
Educação ambiental	32	0,01%	0,00%	0,00%	49	0,01%	0,00%	0,00%	
Outros projetos ambientais	2.428	1,05%	0,12%	0,16%	201	0,04%	0,01%	0,01%	
Total dos investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	53.502	16,37%	1,84%	2,45%	36.479	6,77%	1,27%	1,61%	

4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos

Projetos de educação ambiental em comunidades	17.387	5,32%	0,60%	0,80%	11.079	2,05%	0,39%	0,49%	
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	1.635	0,50%	0,06%	0,08%	14.938	2,77%	0,52%	0,66%	
Outros	31	0,01%	0,00%	0,00%	25	0,00%	0,00%	0,00%	
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	19.053	5,83%	0,66%	0,88%	26.042	4,82%	0,91%	1,15%	
Total dos investimentos em meio ambiente	72.555	22,20%	2,50%	3,33%	62.521	11,59%	2,18%	2,76%	

Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade

Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação a aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:

5 - Indicadores do corpo funcional

Nº de empregados (as) ao final do período

Nº de admissões durante o período

Nº de desligamentos durante o período

Nº de empregados (as) terceirizados (as)

Nº de estagiários (as)

Nº de empregados (as) acima de 45 anos

Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:

menores de 18 anos

de 18 a 35 anos

de 36 a 45 anos

de 46 a 60 anos

acima de 60 anos

Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:

analfabetos

com ensino fundamental

com ensino médio / técnico

com ensino superior

pós-graduados

Nº de mulheres que trabalham na empresa

% de cargos de chefia ocupados por mulheres

Nº de homens que trabalham na empresa

% de cargos de chefia ocupados por homens

Nº de negros (as) que trabalham na empresa

% de cargos de chefia ocupados por negros (as)

Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais

Remuneração bruta segregada por:

Empregados

Administradores

() não possui metas () cumpre de 51 a 75%

() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre 76 a 100%

() não possui metas () cumpre de 51 a 75%

() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre 76 a 100%

	em unidades	em unidades
Nº de empregados (as) ao final do período	1.661	1.676
Nº de admissões durante o período	101	95
Nº de desligamentos durante o período	116	124
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	5.813	5.498
Nº de estagiários (as)	105	98
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	824	804
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	0	0
de 18 a 35 anos	554	551
de 36 a 45 anos	283	321
de 46 a 60 anos	819	801
acima de 60 anos	5	3
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:		
analfabetos	0	0
com ensino fundamental	143	165
com ensino médio / técnico	809	812
com ensino superior	509	497
pós-graduados	200	202
Nº de mulheres que trabalham na empresa	352	345
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,36	29,53
Nº de homens que trabalham na empresa	1.309	1.331
% de cargos de chefia ocupados por homens	74,64	70,47
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	533	522
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	24,64	21,48
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	50	60
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	136.706	127.019
Administradores	2.576	2.412

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS SOCIAIS – INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

- continuação -

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa
 Número total de acidentes de trabalho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:

A previdência privada contempla:

A participação nos lucros ou resultados contempla:

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:

Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):

na empresa
 no Procon
 na Justiça

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:

na empresa
 no Procon
 na Justiça

Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça:

no Procon
 na Justiça

Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:

Número de processos trabalhistas:

movidos contra a entidade
 julgados procedentes
 julgados improcedentes

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça:

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

7- Outras informações

CNPJ: 10.835.932/0001-08, Concessionária de serviço público de energia elétrica - Pernambuco.

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Liane Cyreno Tavares de Souza, Fone: (81) 3217-5132, e-mail: liane.cyreno@celpe.com.br.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações examinadas pelos auditores independentes.

(1) Informações não examinadas.

	2011			2010		
	27,60			25,62		
	122			115		
	()	(X)	()	()	(X)	()
	direção	direção e gerências	todos (as) empregados (as)	direção	direção e gerências	todos (as) empregados (as)
	()	()	(X)	()	()	(X)
	direção e gerências	todos (as) empregados (as)	+ CIPA	direção e gerências	todos (as) empregados (as)	+ CIPA
	()	()	(X)	()	()	(X)
	não se envolve	segue as normas da OIT	incentiva e segue a OIT	não se envolve	segue as normas da OIT	incentiva e segue a OIT
	()	()	(X)	()	()	(X)
	direção	direção e gerências	todos (as) empregados (as)	direção	direção e gerências	todos (as) empregados (as)
	()	()	(X)	()	()	(X)
	direção	direção e gerências	todos (as) empregados (as)	direção	direção e gerências	todos (as) empregados (as)
	()	()	(X)	()	()	(X)
	não são considerados	são sugeridos	são exigidos	não são considerados	são sugeridos	são exigidos
	()	()	(X)	()	()	(X)
	não se envolve	apóia	organiza e incentiva	não se envolve	apóia	organiza e incentiva
	141.644			193.130		
	1.430			2.495		
	7.815			11.797		
	98,93			97,10		
	97,90			96,70		
	136,37			82,42		
	2011			2010		
	38			43		
	4.984			8.464		
	1. Compartilhamento com as áreas executoras de objetivos corporativos referentes a reclamações (IRR e RCP). 2. Certificação NBR ISO 9001/10002 no processo de Tratamento de Reclamações e de Danos Eldricos, em novembro/11. 3. Melhoria dos procedimentos comerciais. 4. Convênio com o PROCON-PE para recebimento de reclamações via CIP eletrônica, evitando abertura de processos. 5. Capacitação de atendentes próprios e de empresas prestadoras de serviços.			1. Divulgação de relatórios semanais de reclamações e reunião entre as áreas envolvidas para identificação de oportunidades de melhoria. 2. Melhoria dos procedimentos comerciais. 3. Aumento na fiscalização dos serviços. 4. Ajustes no sistema comercial. 5. Capacitação de colaboradores. 6. Estreitamento no relacionamento com os órgãos de defesa do consumidor, entre outras.		
	445			591		
	335			240		
	48			23		
	7.441			7.497		
	Em 2011:	2.176.753		Em 2010:	2.261.471	
	69,69% Governo		6,14% Colaboradores(as)	65,96% Governo		6,68% Colaboradores (as)
	8,49% Acionistas	11,15% Terceiros	1,87% Retido	8,74% Acionistas	7,61% Terceiros	8,79% Retido

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Distribuição	Municípios	Localidade	Data da Concessão	Data de Vencimento
<u>CELPE</u>	184	Estado de Pernambuco	30/3/2000	30/3/2030
	1	Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE	30/3/2000	30/3/2030
	1	Estado da Paraíba	30/3/2000	30/3/2030

A Companhia está ainda autorizada a manter a usina com as seguintes especificações:

Geração	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE	4,08	1,60	21/12/1989	21/12/2019

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 23 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/10	
	Balço Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo Circulante		
Outros ativos circulantes	83.935	48.914
Serviços em curso	-	35.021

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturados, o registro da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que não sejam instrumentos de hedge ou objeto de hedge, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 – Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

c) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social (“IR e CS”) são de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

A Companhia tem direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro da exploração (vide nota explicativa nº 23).

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

2.5 - Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 – Instrumentos financeiros

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros, títulos e valores mobiliários, ativo intangível (concessão), outros créditos e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de hedge.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumento de hedge.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

- Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia firma contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e nas taxas de juros. De acordo com o preconizado no CPC 38, esses contratos foram contabilizados como instrumentos financeiros destinados a hedge (hedge accounting).

A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 30).

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), a Companhia classifica os hedges como hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo desses derivativos e do item coberto durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, no resultado financeiro.

A Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

2.8 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas base das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores justos.

2.9 - Contas a receber de clientes e outros

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber de clientes e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

2.10 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

2.11 – Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

2.12 – Outros investimentos

Representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.13 – Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM, como forma de distribuir linearmente ao longo do exercício o reajuste da denominada Base Tarifária, que é corrigida anualmente por esse índice. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para abril de 2013), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

2.14 – Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis e a ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e CPC 05 – Contratos de Construção.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº 13).

2.15 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

De acordo com o preconizado no CPC 38, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, nesse caso o ativo intangível correspondente ao direito de uso da infraestrutura para a prestação do serviço público, estão incluídos no custo do intangível em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 672, de 20 de outubro de 2011, que aprovaram, respectivamente, os CPC's 04 – Ativo Intangível e CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

2.16 – Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.17 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º. da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia.

2.18 – Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009.

Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

2.19 – Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.20 – Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.21 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.22 – Questões ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG’s e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

2.23 – Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

3. PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS REVISADOS PELO CPC EM 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 23.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia vez que os requerimentos estabelecidos pelas interpretações já vem sendo adotados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	12.316	15.945
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.205	4.384
Fundos de investimento	<u>221.267</u>	<u>20.542</u>
	<u><u>236.788</u></u>	<u><u>40.871</u></u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 95% á 101%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Consumidores	(a)	1.345.253	1.272.884
Títulos a receber	(b)	2.257	2.394
Comercialização de energia na CCEE	(c)	27.447	29.088
Disponibilização do sistema de distribuição		15.273	12.120
Serviços prestados a terceiros		74.036	61.783
Outros créditos		30.062	22.983
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	<u>(263.766)</u>	<u>(166.671)</u>
Total		<u><u>1.230.562</u></u>	<u><u>1.234.581</u></u>
Circulante		815.392	734.279
Não circulante		415.170	500.302

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldo vincendo	Saldo vencido		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Setor privado							
Residencial	437.251	69.752	141.145	648.148	582.990	(141.145)	(32.037)
Industrial	67.166	7.149	83.395	157.710	159.980	(45.505)	(72.804)
Comercial, serviços e outras	128.811	17.594	25.507	171.912	167.305	(25.507)	(13.509)
Rural	22.895	6.726	47.061	76.682	69.853	(28.491)	(22.196)
	<u>656.123</u>	<u>101.221</u>	<u>297.108</u>	<u>1.054.452</u>	<u>980.128</u>	<u>(240.648)</u>	<u>(140.546)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	7.056	1.953	2.709	11.718	11.571	(1.358)	(2.020)
Estadual	13.413	779	1.532	15.724	14.562	(1.292)	(1.586)
Municipal	91.460	7.042	6.923	105.425	109.555	(12.464)	(12.376)
	<u>111.929</u>	<u>9.774</u>	<u>11.164</u>	<u>132.867</u>	<u>135.688</u>	<u>(15.114)</u>	<u>(15.982)</u>
Iluminação pública	25.978	3.248	6.054	35.280	39.906	(1.783)	(4.379)
Serviço público	30.938	1.003	5.885	37.826	40.177	(4.274)	(3.928)
Fornecimento não faturado	84.828	-	-	84.828	76.985	-	-
Total	<u>909.796</u>	<u>115.246</u>	<u>320.211</u>	<u>1.345.253</u>	<u>1.272.884</u>	<u>(261.819)</u>	<u>(164.835)</u>
Circulante				960.958	752.826	(96.985)	(116.046)
Não circulante				384.295	520.058	(164.834)	(48.789)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldo vincendo	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Setor público	63	10	37	110	247	(44)	(89)
Setor privado	1.396	107	644	2.147	2.147	(1.903)	(1.747)
Total	<u>1.459</u>	<u>117</u>	<u>681</u>	<u>2.257</u>	<u>2.394</u>	<u>(1.947)</u>	<u>(1.836)</u>
Circulante				1.255	918	(1.104)	(685)
Não circulante				1.002	1.476	(843)	(1.151)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(164.835)	(1.836)	(166.671)
Adições	(114.902)	(111)	(115.013)
Reversões	17.918	-	17.918
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(261.819)</u>	<u>(1.947)</u>	<u>(263.766)</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/11	31/12/10
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil	(1)	Fundo de investimento	mar-13	Variável	15.070	16.973
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	6.593	12.211
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	23.076	20.792
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	5.067	9.993
Bradesco	(2)	CDB	fev-11	CDI	-	5
Bradesco	(2)	Fundo de investimento	(*)	CDI	7.502	9
Bradesco	(2)	LFT	jun-11	CDI	-	207
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	17.750	-
Banco Itaú	(2)	CDB	jul-12	CDI	126	9.870
Votorantim	(2)	CDB	diversos	CDI	-	7.174
Bradesco	(2)	CDB	out-11	CDI	-	132
Bradesco	(2)	LFT	mar-12	CDI	226	202
Caixa Econômica Federal	(2)	CDB	diversos	CDI	224	1.270
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	6.260	-
Banco Itaú	(2)	CDB	out-13	CDI	307	-
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	112	-
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	1.193	-
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	565	-
Total					<u>84.071</u>	<u>78.838</u>
Circulante					26.233	17.274
Não circulante					57.838	61.564

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 15).

(2) Constituem garantia para leilão de energia.

(*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	20.898	187
Contribuição Social - CSLL	(a)	5.943	1.663
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	16.494	13.328
Programa de Integração Social - PIS	(c)	711	4.790
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	5.784	28.237
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.258	2.332
Imposto sobre Serviços - ISS		345	200
		<u>53.433</u>	<u>50.737</u>
Não circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	<u>14.490</u>	<u>10.355</u>
		<u>14.490</u>	<u>10.355</u>
Total		<u><u>67.923</u></u>	<u><u>61.092</u></u>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº. 27/2008.

8. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

Ágio - incorporado	1.494.454
Provisão constituída	(986.340)
Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(809.501)
Reversão acumulada	534.271
Saldos em 31 de dezembro de 2010	232.884
Amortização	(60.271)
Reversão	39.779
Saldos em 31 de dezembro de 2011	212.392
Ativo não circulante	212.392

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde agosto de 2001, em 336 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 192, de 31 de maio de 2001, conforme curva abaixo:

Curvas de amortização de ágio					
Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2011	0,04033	2017	0,02798	2023	0,02045
2012	0,03641	2018	0,02682	2024	0,01860
2013	0,03480	2019	0,02573	2025	0,01773
2014	0,03342	2020	0,02335	2026	0,01690
2015	0,03202	2021	0,02238	2027	0,01609
2016	0,02918	2022	0,02140	2028	0,01476

9. OUTROS ATIVOS

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	6.459	28.479
Adiantamentos a empregados		1.288	823
Adiantamentos a fornecedores		13	8
Serviços prestados a terceiros		4.930	4.993
Alienações em curso		1.614	2.269
RGR a compensar		114	242
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	5.030	4.998
Desativações em curso		-	4.599
Dispêndios a reembolsar em curso		-	100
Cobrança extra judicial	(c)	5.590	2.414
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		1.912	759
Total		28.588	51.322
Circulante		26.430	48.914
Não circulante		2.158	2.408

(a) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional da Companhia. Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e no art. 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(b) Valor referente a inclusão de débitos indevido na composição do parcelamento PAES, constatado após revisão solicitada pela empresa a RFB - Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 4.273, sendo R\$ 2.792 de principal e R\$ 1.481 acréscimos legais.

(c) Cobrança extra judicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo				Passivo			
	31/12/11		31/12/10		31/12/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda								
Diferenças temporárias	486.809	121.702	509.813	127.453	135.342	33.835	123.170	30.793
	486.809	121.702	509.813	127.453	135.342	33.835	123.170	30.793
Contribuição social								
Diferenças temporárias	475.998	42.840	509.813	45.884	135.342	12.181	123.170	11.086
	475.998	42.840	509.813	45.884	135.342	12.181	123.170	11.086
Total		164.542		173.337		46.016		41.879

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.087	55.087	62.962	62.962
Provisão para passivo atuarial	291.672	291.672	302.227	302.227
Provisão para demissão voluntária	927	927	1.146	1.146
Provisão para contingências	60.564	60.564	51.449	51.449
Provisão PLR	2.541	2.541	11.577	11.577
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	61.593	61.593	73.047	73.047
Outros	14.425	3.614	7.405	7.405
Total ativo	486.809	475.998	509.813	509.813
Passivo	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	(25)	(25)	(282)	(282)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	21.537	21.537	10.368	10.368
Ajuste da quota anual de amortização	1.654	1.654	1.540	1.540
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	48.636	48.636	14.952	14.952
Ativos e passivos regulatórios	61.593	61.593	100.320	100.320
Custo de captação	1.947	1.947	3.278	3.278
Outros	-	-	(7.006)	(7.006)
Total passivo	135.342	135.342	123.170	123.170

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº 371.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrado a seguir:

	2011	2010
	Ativo	
2011	-	38.534
2012	32.305	45.159
2013	19.922	89.644
2014	26.445	-
2015	38.605	-
2016	44.528	-
Após 2016	2.737	-
Total	<u>164.542</u>	<u>173.337</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	31/12/11		31/12/10	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	326.989	326.989	539.898	539.898
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(20.492)	(20.492)	(21.260)	(21.260)
Juros sobre capital próprio	(89.650)	(89.650)	(84.776)	(84.776)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	216.847	216.847	433.862	433.862
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	54.212	19.516	108.465	39.048
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	432	156	321	116
Multas indedutíveis	450	162	152	55
Depreciação veículos executivos	60	21	56	20
Excesso despesas previdenciárias	3.511	1.264	3.242	1.167
Outras adições	2.638	(355)	9	3
Subtotal adições	<u>7.091</u>	<u>1.248</u>	<u>3.780</u>	<u>1.361</u>
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(9.945)	(3.580)	(10.317)	(3.714)
Incentivo fiscal SUDENE	(40.629)	-	(65.521)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT	(2.059)	-	(2.616)	-
Outras exclusões	(2.737)	(35)	(55)	(84)
Subtotal exclusões	<u>(55.370)</u>	<u>(3.615)</u>	<u>(78.509)</u>	<u>(3.798)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>5.933</u>	<u>17.149</u>	<u>33.736</u>	<u>36.611</u>
Corrente	(68)	14.016	35.781	37.347
Diferido	6.001	3.133	(2.045)	(736)
	<u>5.933</u>	<u>17.149</u>	<u>33.736</u>	<u>36.611</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Trabalhistas	7.172	3.951
Cíveis	12.955	9.248
Fiscais	10.393	9.377
Total	<u>30.520</u>	<u>22.576</u>

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	135.317
Transferências (Nota 13)	123.136
Atualização monetária / valor justo	11.170
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>269.623</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/11				31/12/10	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,39	3.057.255	(1.387.478)	(199.466)	1.470.311	1.442.928
Em curso						
Direito de uso da concessão		196.722	-	(6.193)	190.529	158.932
Total		<u>3.253.977</u>	<u>(1.387.478)</u>	<u>(205.659)</u>	<u>1.660.840</u>	<u>1.601.860</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.886.494	(1.240.184)	(203.382)	1.442.928	164.938	(6.006)	158.932	1.601.860
Adições	-	-	(609)	(609)	330.674	(4.525)	326.149	325.540
Baixas	(5.053)	3.578	(3.244)	(4.719)	1.153	191	1.344	(3.375)
Amortização	-	(152.637)	10.823	(141.814)	-	-	-	(141.814)
Transferências - intangíveis	300.043	-	(4.147)	295.896	(300.043)	4.147	(295.896)	-
Transferências - ativos financeiros	(124.229)	-	1.093	(123.136)	-	-	-	(123.136)
Transferências - Outros		1.765		1.765				1.765
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>3.057.255</u>	<u>(1.387.478)</u>	<u>(199.466)</u>	<u>1.470.311</u>	<u>196.722</u>	<u>(6.193)</u>	<u>190.529</u>	<u>1.660.840</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- ✓ Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- ✓ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Fornecedores	31/12/11	31/12/10
Energia elétrica:	187.456	170.383
Terceiros	119.306	108.474
Partes relacionadas	68.150	61.909
Encargos de uso da rede	20.626	17.711
Terceiros	20.558	17.648
Partes relacionadas	68	63
Materiais e serviços	52.527	45.218
Terceiros	51.259	44.805
Partes relacionadas	1.268	413
Energia livre	23.994	21.499
Total	284.603	254.811
Circulante	260.609	251.189
Não circulante	23.994	3.622

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total 31/12/11	Total 31/12/10
Moeda nacional							
Banco do Nordeste		10% a.a.	146	11.833	10.013	21.992	31.928
BNB		10% a.a.	9	16.802	-	16.811	33.689
BNB 6		10% a.a.	128	26.884	94.096	121.108	134.521
(-) Custos de transação			-	(137)	(211)	(348)	(513)
Subtotal - BNB 6			128	26.747	93.885	120.760	134.008
BNDES FINEM		TJLP + 4,3% aa / TJLP + 2,12% aa / TJLP + 3,12% aa /	1.012	54.866	206.067	261.945	183.390
(-) Custos de transação		4,5% aa TJLP + 1,82% aa / TJLP + 2,82% aa / 5,5% aa	-	(3)	(4)	(7)	(5)
Subtotal - BNDES FINEM			1.012	54.863	206.063	261.938	183.385
Eletrobrás		5,00% a.a.	292	11.035	43.604	54.931	69.020
(-) Custos de transação			-	(36)	(53)	(89)	(126)
Subtotal - Eletrobrás			292	10.999	43.551	54.842	68.894
FINEP		5,00% a.a.	89	6.644	34.329	41.062	28.092
(-) Custos de transação			-	(97)	(217)	(314)	(225)
Subtotal - FINEP			89	6.547	34.112	40.748	27.867
BNP Paribas		CDI + 2,5% a.a.	-	-	-	-	18.017
Banco do Brasil		12,149% a.a. / 15,67% a.a	30.295	-	150.941	181.236	167.129
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(2.410)
Operações com Swap			-	-	(8.721)	(8.721)	(12.229)
Subtotal - Banco do Brasil			30.295	-	142.220	172.515	152.490
Banco do Brasil		98,5% CDI	7.892	-	75.000	82.892	-
(-) Custos de transação			-	(563)	(627)	(1.190)	-
Subtotal - Banco do Brasil			7.892	(563)	74.373	81.702	-
Outros		2 a 5,5% a.a	-	17	35	52	69
Total moeda nacional			39.863	127.245	604.252	771.360	650.347
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW		2% a 4,5% a a	-	1.226	4.979	6.205	6.916
Operações com Swap			-	314	20	334	670
Subtotal - Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW			-	1.540	4.999	6.539	7.586
Total moeda estrangeira			-	1.540	4.999	6.539	7.586
Total			39.863	128.785	609.251	777.899	657.933

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(a) Captações de recursos no exercício

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 142.393 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2011, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: A Companhia recebeu R\$ 16.389 da FINEP para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2009. O contrato tem vencimento em fevereiro de 2018, será amortizado em 80 parcelas mensais a partir de junho de 2011, com custo de TJLP - 6% + 5% a.a. e juros pagos semestralmente.

Banco do Brasil – BB: A Companhia recebeu R\$ 75.000 do BB referente a uma linha de crédito rural do Banco, com vencimento em janeiro de 2014, amortização em uma única parcela ao final do contrato, com custo de 98,5% do CDI e juros pagos mensalmente.

Banco Safra – A Companhia recebeu R\$ 143.000 referentes a operações de curto prazo para cobertura de caixa com o Banco Safra, sendo a primeira no montante de R\$ 18.000, vencimento em 04 de abril de 2011 e custo de 107,5% do CDI e a segunda operação no valor de R\$ 125.000, vencimento em 27 de abril de 2011 e custo de 106,5% do CDI. Ambos com prazo de 3 meses, juros pagos mensalmente e amortização em parcela única no vencimento.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

BNDES FINEM 2006 - Endividamento Financeiro/EBITDA menor ou igual a 3,5 e Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Líquido + PL) menor ou igual a 0,50.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Condições contratuais dos empréstimos da Companhia em 31 de dezembro de 2011:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Swap	Vencimento	Garantias
BNB 1	30/11/04	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2013	Receíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 3	29/12/05	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2012	Receíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNB 6	27/06/08	R\$	Eletificação	10% a.a.	Não aplicável	2016	Receíveis, Aval Neoenergia e Aplicação Financeira.
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2012	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	Não aplicável	2013	Aval Neoenergia e Fundo de Investimento.
CEF/COHAB	Diversos	R\$	Eletificação Conj. Habitacional	TR + 2 a 5,5% a.a.	Não aplicável	2014	Receita Própria, Aval Governo do Estado e Fiança Bancária.
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2016	Receita Própria.
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R\$	Universalização	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2017	Receita Própria.
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R\$	Eletificação Rural	UFIR + 6% a.a.	Não aplicável	2012	Receita Própria.
ECF EMERGENCIAL 2871/2010	28/10/10	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5 % a.a.	Não aplicável	2015	Receita Própria e Nota Promissória
FINEP	14/10/09	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento	(TJLP-6%) + 5% a a	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia.
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	2% a.a.	72,5% do CDI	2026	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	4,5% a.a.	92% do CDI	2016	Aval Governo do Estado/Federal e Fiança Bancária.
BANCO DO BRASIL	28/01/11	R\$	Rest. da Dívida	98,5% CDI	Não aplicável	2014	Clean
BNDES 7 - FINEM (C3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (D3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 3,12% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (E3)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	4,5% aa	Não aplicável	2015	Aval Neoenergia
BANCO DO BRASIL	06/05/10	R\$	Rest. da Dívida	12,149% a.a.	99,5% do CDI	2014	Clean
BNDES 7 - FINEM (Q4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P4)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2016	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (O8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 1,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (P8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 2,82% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia
BNDES 7 - FINEM (Q8)	23/12/09	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	5,5% aa	Não aplicável	2018	Aval Neoenergia

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

O total devido em moeda nacional e em moeda estrangeira da Companhia desdobra-se da seguinte forma:

Moeda nacional	31/12/11		31/12/10	
	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	388.831	50,4%	367.766	56,5%
UFIR	54.843	7,1%	68.894	10,6%
TJLP	245.933	31,9%	195.601	30,1%
TR	52	0,0%	69	0,0%
CDI	81.701	10,6%	18.017	2,8%
Total	<u>771.360</u>	<u>100,0%</u>	<u>650.347</u>	<u>100,0%</u>
Principal	731.497		637.995	
Encargos	39.863		12.352	

Moeda estrangeira	31/12/11		31/12/10	
	Moeda de origem	R\$	Moeda de origem	R\$
Euro	2.496	6.539	3.405	7.586
Total		<u>6.539</u>		<u>7.586</u>
Principal		6.539		7.582
Encargos		-		4

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Moeda / indexador	Variação %	
	31/12/11	31/12/10
EURO	9,25	(11,14)
Dólar norte-americano	12,58	(6,29)
IGP-M	5,10	11,31
FINEL	1,00	2,18
TJLP	6,00	6,00
CDI	11,64	9,75
SELIC	11,84	11,11
TR	1,26	0,60

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/11			31/12/10		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2012	-	-	-	122.048	(620)	121.428
2013	98.568	(816)	97.752	78.264	(650)	77.614
2014	309.691	(165)	309.526	204.679	(650)	204.029
2015	89.841	(85)	89.756	58.938	(392)	58.546
2016	63.836	(33)	63.803	31.929	(66)	31.863
Após 2016	48.425	(11)	48.414	9.962	(32)	9.930
Total	<u>610.361</u>	<u>(1.110)</u>	<u>609.251</u>	<u>505.820</u>	<u>(2.410)</u>	<u>503.410</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
SalDOS em 31 de dezembro de 2010	153.151	497.196	1.372	6.214	657.933
Ingressos	4.526	229.256	143.000	-	376.782
Encargos	63.873	77	1.062	-	65.012
Variação monetária e cambial	-	-	(6.833)	471	(6.362)
Swap	-	(1.116)	10.627	(490)	9.021
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(257)	-	-	(257)
Transferências	122.201	(122.201)	1.196	(1.196)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(176.678)	-	(148.884)	-	(325.562)
(-) Custos de transação	35	1.297	-	-	1.332
SalDOS em 31 de dezembro de 2011	<u>167.108</u>	<u>604.252</u>	<u>1.540</u>	<u>4.999</u>	<u>777.899</u>

16. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	31/12/11				31/12/10
					Encargos	Principal			Total
					Circulante	Circulante	Não circulante	Total	
2ª Emissão	1ª	3.000	108,5% do CDI	15,27%	3.772	97.959	97.959	199.690	299.300
(-) Custos de transação					-	(646)	(162)	(808)	(1.918)
Subtotal - 2ª Emissão					<u>3.772</u>	<u>97.313</u>	<u>97.797</u>	<u>198.882</u>	<u>297.382</u>
2ª Emissão	2ª	40.000	Variação IGPM + 10,95% a.a.	18,62%	-	-	-	-	42.033
(-) Custos de transação					-	-	-	-	(18)
Subtotal - 2ª Emissão					<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.015</u>
3ª Emissão	Única	17.000	105% do CDI	13,67%	293	85.000	-	85.293	170.646
(-) Custos de transação					-	(76)	-	(76)	(253)
Subtotal - 3ª Emissão					<u>293</u>	<u>84.924</u>	<u>-</u>	<u>85.217</u>	<u>170.393</u>
4ª Emissão	Única	36.000	111,3% do CDI	14,65%	8.337	-	360.000	368.337	-
(-) Custos de transação					-	(309)	(1.015)	(1.324)	-
Subtotal - 4ª Emissão					<u>8.337</u>	<u>(309)</u>	<u>358.985</u>	<u>367.013</u>	<u>-</u>
Total					<u>12.402</u>	<u>181.928</u>	<u>456.782</u>	<u>651.112</u>	<u>509.790</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(a) Captações

Em 27 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado de capitais por meio da 4ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 360.000, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência, e juros pagos semestralmente com custo de 111,30% do CDI. Os recursos serão destinados ao ajuste do perfil da dívida da Companhia.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias

Para a 3ª e a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/11			31/12/10		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2012	-	-	-	182.959	(480)	182.479
2013	97.959	(476)	97.483	97.959	(403)	97.556
2014	-	(312)	(312)	-	-	-
2015	144.000	(247)	143.753	-	-	-
2016	144.000	(123)	143.877	-	-	-
Após 2016	72.000	(19)	71.981	-	-	-
Total	<u>457.959</u>	<u>(1.177)</u>	<u>456.782</u>	<u>280.918</u>	<u>(883)</u>	<u>280.035</u>

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	229.755	280.035	509.790
Ingressos	-	360.000	360.000
Encargos	79.418	-	79.418
Variação monetária e cambial	1.279	-	1.279
Transferências	182.959	(182.959)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(299.356)	-	(299.356)
(-) Custos de transação	275	(294)	(19)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>194.330</u>	<u>456.782</u>	<u>651.112</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	31/12/11	31/12/10
Salários	5.451	4.880
Provisões férias	5.913	3.366
Encargos sobre provisões de férias	3.580	2.547
Provisão PLR	2.541	11.357
Outros	804	2.228
Total	18.289	24.378

18. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão – RGR		3.015	1.059
Conta de Consumo de Combustível – CCC		16.710	12.386
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.995	1.752
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		925	973
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		462	486
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	30.647	29.854
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	53.564	39.740
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		491	516
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		7.723	12.471
Encargo do consumidor - tesouro nacional		1.388	1.466
Total		116.920	100.703
Circulante		63.990	47.272
Não Circulante		52.930	53.431

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/11	31/12/10
Circulante		
Imposto de Renda - IR	373	345
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	80.854	74.220
Programa de Integração Social - PIS	3.659	3.401
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	16.856	15.665
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.423	982
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	988	907
Imposto sobre Serviços - ISS	1.564	819
Parcelamento de tributos	790	-
Outros	6.033	10.212
	113.540	106.551
Não-circulante		
Imposto de Renda - IR	1.654	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	2.395
	1.654	2.395
Total	115.194	108.946

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre faturas a pagar a fornecedores e sobre os Juros sobre Capital Próprio, em favor da Neoenergia, depositado em juízo, conforme nota explicativa nº 21.

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2011</u>					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	22.413	0,3000939	0,3000939	0,3301033
AGO de 26 de abril de 2011	Dividendos	50.357	0,6742471	0,6742471	0,7416718
RCA de 30 de junho de 2011	JSCP	22.413	0,3000939	0,3000939	0,3301033
RCA de 29 de agosto de 2011	Dividendos	95.087	1,2731506	1,2731506	1,4004656
RCA de 30 de setembro de 2011	JSCP	22.413	0,3000939	0,3000939	0,3301033
RCA de 29 de dezembro de 2011	JSCP	22.411	0,3000671	0,3000671	0,3300738
		<u>235.094</u>			
<u>2010</u>					
AGO de 29 de março de 2010	Dividendos	112.180	1,5020098679	1,5020098679	1,6522108547
RCA de 01 de abril de 2010	JSCP	21.104	0,2825673003	0,2825673003	0,3108240303
RCA de 30 de junho de 2010	JSCP	21.200	0,2838526709	0,2838526709	0,3122379380
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP	21.278	0,2848970345	0,2848970345	0,3133867379
RCA de 30 de setembro de 2010	Dividendos	113.692	1,5222598706	1,5222598706	1,6744858577
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP	21.194	0,2837723352	0,2837723352	0,3121495687
		<u>310.648</u>			

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, as ações preferenciais classe “A” terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% ao ano sobre o lucro líquido, e no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais classe “B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u>		
Ações ordinárias	35.975	25.190
Ações preferenciais classe "A"	24.279	36.706
Ações preferenciais classe "B"	<u>443</u>	<u>310</u>
Total	<u><u>60.697</u></u>	<u><u>62.206</u></u>
<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u>		
Lucro líquido do exercício	283.416	448.290
Incentivo fiscal SUDENE	(40.629)	(65.521)
Absorção de prejuízo acumulado	-	(118.232)
Constituição da reserva legal	-	(15.713)
Amortização do ágio incorporado	60.271	62.528
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(39.779)	(41.267)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	<u>(20.492)</u>	<u>(21.260)</u>
Base de cálculo do dividendo	<u><u>242.787</u></u>	<u><u>248.825</u></u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios</u>	<u><u>60.697</u></u>	<u><u>62.206</u></u>
<u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u>		
Dividendos intermediários - R\$ 1,2731506 por ação ON e R\$ 1,2731506 por ação PNA e R\$ 1,4004656 por ação PNB (2010 R\$ 1,5222599 por ação ON e R\$ 1,5222599 por ação PNA e R\$ 1,6744859 por ação PNB)	95.087	113.692
Juros sobre capital próprio - R\$ 1,2003487 por ação ON e R\$ 1,2003487 por ação PNA e R\$ 1,3203835 por ação PNB (2010 R\$ 1,1350893 por ação ON e R\$ 1,1350893 por ação PNA e R\$ 1,2485983 por ação PNB)	89.650	84.776
Dividendos adicionais propostos - R\$ 0,7772528 por ação ON e R\$ 0,7772528 por ação PNA e R\$ 0,8549781 por ação PNB (2010 R\$ 0,6742471 por ação ON e R\$ 0,6742471 por ação PNA e R\$ 0,7416718 por ação PNB)	<u>58.050</u>	<u>50.357</u>
Total Bruto	<u><u>242.787</u></u>	<u><u>248.825</u></u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	<u><u>(656)</u></u>	<u><u>(571)</u></u>

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre à incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.613
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	235.093
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(656)
Pagos no período	(233.167)
Prescritos	<u>(230)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u><u>22.653</u></u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 8.904 classificadas no passivo circulante (R\$ 4.607 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 51.659 no não circulante (R\$ 46.842 em 31 de dezembro de 2010) são compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	20.710	29.311	1.428	51.449
Constituição	22.458	21.451	7	43.916
Baixas/reversão	(19.312)	(22.078)	-	(41.390)
Remuneração	2.550	4.038	-	6.588
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>26.406</u>	<u>32.722</u>	<u>1.435</u>	<u>60.563</u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/12/11	31/12/10
Ex-empregados da companhia	3.159	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.159	4.155
	107.905	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	14.906	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras	22.912	1ª, 2ª e 3ª	Provável	22.912	16.221
	40.333	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.592	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	335	1ª, 2ª e 3ª	Provável	335	334
	351	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	417	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>191.910</u>			<u>26.406</u>	<u>20.710</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/11	31/12/10
Clientes – tarifas plano cruzado	(1)	5.395	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.395	5.243
		2.393	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.244	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	6.203	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.203	7.604
		95.453	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.079	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	8.305	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.305	5.747
		45.773	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.229	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. Energia e produtos	(4)	3.402	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.402	3.294
		32.570	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.096	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		5.663	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.663	6.813
		27.724	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.240	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		14	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14	13
		2.154	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		82	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.606	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.353	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e serasa		1.063	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.063	-
		3.974	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		118	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		640	1ª, 2ª e 3ª	Provável	640	554
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de energia elétrica		14	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14	13
		1.910	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	2.023	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.023	30
		79.978	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.075	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>345.783</u>			<u>32.722</u>	<u>29.311</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/12/11	31/12/10
ICMS	(1)	301.944 1	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
ISS	(2)	752 22.679 1.108	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	383 - -	383 - -
CPMF		2.895	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL		2.167 24.385	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	184 -	184 -
TLF/IPTU		2.252 270	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
PIS/COFINS		20.166 -	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
COFINS	(3)	4.243 16.510	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	371 -	371 -
IRPJ	(4)	6.519 655.456 -	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	490 - -	490 - -
Taxas diversas		5.130 4.155	Administrativa Administrativa	Possível Remota	- -	- -
Outras	(5)	7 48.637 4	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	7 - -	- - -
Total		<u>1.119.280</u>			<u>1.435</u>	<u>1.428</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de compras de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração contra a Companhia de alguns projetos de 1999 no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos.

(1.4) Auto de infração contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de infração contra a Companhia em 09/2011 no montante de R\$ 213.546 decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.6) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653 decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.7) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. Os autos encontram-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

22. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/12/11	31/12/10
Consumidores	(1)	12.135	9.975
Empregados - adiantamento acordo coletivo		9	3
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.393	5.060
Convênios		22	41
Caução em garantia	(2)	9.876	8.999
FGTS conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.680	1.961
Taxa Iluminação Pública - TIP	(3)	8.466	8.410
Adiantamentos recebidos	(4)	19.930	14.917
Outras		3.602	2.497
Total		<u>62.242</u>	<u>51.992</u>
Circulante		<u>54.572</u>	<u>49.086</u>
Não circulante		7.670	2.906

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(3) Taxa de Iluminação Pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(4) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM MIL)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

Acionistas	R\$ (EM MIL)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.236	99,6	3.670	6,1	3.164	53,9	529.070	89,6
Outros	2.215	0,4	56.184	93,9	2.705	46,1	61.104	10,4
Total	524.451	100,0	59.854	100,0	5.869	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 8).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0157/2011, com validade até 2019.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 40.629 (R\$ 65.521 em 2010) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26, inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

24. RECEITA BRUTA

	Ref.	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento de energia	(a)	1.641.915	1.528.201
Receita de operação e manutenção		1.629.639	1.518.859
Remuneração financeira wacc		12.276	9.342
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	14.433	92.903
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	2.323.255	2.323.137
Receita de operação e manutenção		2.305.893	2.308.914
Remuneração financeira wacc		17.362	14.223
Receita de construção da infraestrutura da concessão		326.703	229.225
Outras receitas	(d)	54.186	67.514
Total		4.360.492	4.240.980

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (1)		MWh (1)		R\$ mil	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Consumidores:						
Residencial	2.735.590	2.669.566	3.932.543	3.791.350	1.470.918	1.423.979
Industrial	12.797	13.413	1.997.211	2.049.576	689.475	680.828
Comercial	197.712	198.048	2.097.455	2.020.603	909.140	868.478
Rural	173.076	180.574	556.988	579.741	132.206	125.596
Poder público	21.650	21.699	574.784	557.546	246.382	232.807
Iluminação pública	5.117	5.015	412.894	428.056	102.415	106.700
Serviço público	2.761	2.523	604.235	597.977	178.621	178.963
Consumo próprio	242	229	13.828	13.657	-	-
Suprimento	30	33	-	-	-	(1)
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	7.843	(5.811)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo (*)	-	-	-	-	(2.198.164)	(2.233.611)
Subtotal	3.148.975	3.091.100	10.189.938	10.038.506	1.538.836	1.377.928
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	103.079	150.273
Total	3.148.975	3.091.100	10.189.938	10.038.506	1.641.915	1.528.201

(*) Vide comentários nota (c) a seguir.

(1) Informações não examinadas por auditores independentes.

Reajuste tarifário 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.143 de 26 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,86%, sendo 8,19% relativo ao reajuste econômico e de 2,67% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 8,27% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2011 com vigência até 28 de abril de 2012.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 8,68%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 8,04%.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>Ref.</u>	
Receita Anual (RA0)	(1)	<u>2.731.500</u>
Encargos setoriais		315.795
Compra de energia elétrica		1.418.928
Transporte de energia		170.622
Parcela A		<u>1.905.345</u>
Remuneração bruta de capital - Parcela B		<u>1.049.848</u>
Receita requerida (Parcela A +B)	(2)	<u>2.955.193</u>
CVA e neutralidade		<u>(9.442)</u>
Componentes financeiros		<u>(26.696)</u>
Subsídios tarifários		<u>115.071</u>
Total comp. financeiros e subsídios	(3)	<u>78.933</u>
Reajuste econômico [(2) / (1) - 1]	(4)	8,19%
Componentes financeiros e subsídios [(3) / (2)]	(5)	2,67%
Reajuste tarifário total [(4) + (5)]		<u>10,86%</u>
Reajuste percebido pelo consumidor		<u>8,27%</u>

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>Ref.</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		125.091	89.526
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	<u>2.198.164</u>	<u>2.233.611</u>
		<u>2.323.255</u>	<u>2.323.137</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(d) Outras receitas

	31/12/11	31/12/10
Renda da prestação de serviços	8.253	15.789
Arrendamentos e aluguéis	15.431	12.900
Serviço taxado	3.841	4.113
Taxa de iluminação pública	7.100	6.453
Administração de faturas de fraudes	18.559	26.641
Outras receitas	1.002	1.618
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>54.186</u>	<u>67.514</u>

25. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	31/12/11	31/12/10
IMPOSTOS:		
ICMS	(846.009)	(817.126)
PIS	(66.886)	(65.051)
COFINS	(308.482)	(299.170)
ISS	(1.476)	(1.880)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(31.008)	(28.826)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(23.939)	(21.024)
Subvenção – Conta Consumo de Combustível – CCC	(136.232)	(114.678)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(13.080)	(12.753)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(4.829)	(5.101)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(2.414)	(2.551)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(4.760)	(5.101)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(7.244)	(7.652)
Total	<u>(1.446.359)</u>	<u>(1.380.913)</u>

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	31/12/11			31/12/10	
		Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(1)	(70.369)	(26.749)	(40.785)	(137.903)	(136.342)
Administradores		-	-	(2.609)	(2.609)	(2.412)
Entidade de previdência privada		(5.336)	(1.732)	(5.723)	(12.791)	(21.755)
Material		(10.690)	(382)	(645)	(11.717)	(13.224)
Combustível para produção de energia		(7.215)	-	-	(7.215)	(6.711)
Serviços de terceiros		(78.953)	(54.448)	(48.937)	(182.338)	(205.081)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE		(3.526)	(2.444)	-	(5.970)	(6.053)
Energia elétrica comprada para revenda	(2)	(1.336.212)	-	-	(1.336.212)	(1.325.742)
Encargos de uso do sistema transmissão	(3)	(163.317)	-	-	(163.317)	(150.861)
Amortização	(4)	(104.792)	(24.226)	(9.224)	(138.242)	(131.038)
Arrendamentos e aluguéis		(570)	(678)	(722)	(1.970)	(1.806)
Tributos		(580)	(134)	(657)	(1.371)	(1.252)
Provisões Líquidas - PCLD		-	(97.094)	-	(97.094)	(14.166)
Perdas conta a receber/consumidores		-	(33.209)	-	(33.209)	(8.745)
Provisões líquidas - contingências		(75.194)	75.194	(1.235)	(1.235)	(16.930)
Provisões atuariais		-	-	7.577	7.577	16.226
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(326.703)	-	-	(326.703)	(229.225)
Alienação / desativação de bens e direitos		-	-	1.003	1.003	3.526
Outros	(5)	(1.897)	(3.008)	(27.380)	(32.285)	(16.028)
Total custos / despesas		(2.185.354)	(168.910)	(129.337)	(2.483.601)	(2.267.619)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(1) Pessoal

<u>Pessoal</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Remunerações	(78.977)	(75.497)
Encargos sociais	(36.688)	(33.073)
Auxílio alimentação	(8.985)	(6.564)
Convênio assistencial e outros benefícios	(3.900)	(3.558)
Rescisões	(2.195)	(4.809)
Férias e 13º salário	(20.795)	(15.350)
Plano de saúde	(9.552)	(3.804)
Contencioso trabalhista	(3.861)	(6.622)
Participação nos resultados	(8.205)	(17.258)
Encerramento de ordem em curso	(1.807)	(728)
(-) Transferências para ordens	37.062	30.921
Total	<u>(137.903)</u>	<u>(136.342)</u>

(2) Energia Elétrica Comprada para Revenda

<u>Energia elétrica comprada para revenda</u>	<u>31/12/11</u>		<u>31/12/10</u>	
	<u>R\$</u>	<u>MWh (*)</u>	<u>R\$</u>	<u>MWh (*)</u>
Terceiros	(924.033)	9.109.844	(869.892)	8.626.438
Partes relacionadas	(479.624)	3.546.422	(455.477)	3.419.886
Câmara de comercialização de energia elétrica	(4.204)	57.373	(67.363)	141.374
Proinfa	(44.583)	260.667	(44.365)	268.997
Encargos Serviço Sistema - ESS/EER	(19.265)	-	(16.537)	-
Créditos de PIS e COFINS	135.497	-	127.892	-
Total	<u>(1.336.212)</u>	<u>12.974.306</u>	<u>(1.325.742)</u>	<u>12.456.695</u>

(*) Informações não examinadas por auditores independentes.

(3) Custo com Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

<u>Encargos de uso do sistema de transmissão</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Terceiros	(168.181)	(137.163)
Partes relacionadas	(719)	(279)
Crédito PIS / COFINS	16.648	15.377
Outros	(11.065)	(28.796)
Total	<u>(163.317)</u>	<u>(150.861)</u>

(4) Amortização

<u>Amortização residual no resultado</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Quota de amortização no exercício	(141.814)	(134.092)
(-) Crédito PIS/COFINS	3.572	3.054
Amortização residual no resultado	<u>(138.242)</u>	<u>(131.038)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

(5) Outros Custos e Despesas Operacionais

Outras despesas	31/12/11	31/12/10
Seguros	(983)	(918)
Doações e contribuições	(1.838)	(1.155)
Recuperação de despesa	6.877	13.400
Órgãos de classe do setor elétrico	(1.645)	(1.710)
Despesas de viagem	(1.954)	(2.123)
Consumo próprio e energia elétrica	(6.479)	(6.313)
Propaganda e publicidade	(224)	(3.113)
Indenização processos cíveis e fiscais	(17.414)	(10.968)
Alimentação	(1.023)	(1.403)
Encerramento de ordem em curso	(212)	(44)
Outros	(7.390)	(1.681)
Total	<u>(32.285)</u>	<u>(16.028)</u>

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita financeira	31/12/11	31/12/10
Renda de aplicações financeiras	35.679	21.727
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	44.552	43.825
Variação monetária	44.515	34.802
Variação cambial	8.391	2.198
Operações Swap	3.007	2.814
Outras receitas financeiras	1.103	13.125
Total	<u>137.247</u>	<u>118.491</u>

Despesa financeira	31/12/11	31/12/10
Encargos de dívida	(139.325)	(102.833)
Variação monetária	(58.364)	(40.766)
Variação cambial	(2.038)	(2.399)
Operações Swap	(12.030)	(2.580)
Outras despesas financeiras	(29.033)	(22.463)
Total	<u>(240.790)</u>	<u>(171.041)</u>

28. PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS

A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2011 foi de R\$ 8.205 (R\$ 17.258 em 2010).

29. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/11			31/12/10		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amara Brasil	d)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	299	(1.972)	-	129	(2.013)
Neoenergia S.A.		Aluguel/Comodato	-	50	(570)	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	20.083	-	-	18.992	-
		Outras	-	1.081	-	-	1.904	-
			-	21.214	(570)	-	20.896	-
Banco do Brasil S.A.	f)	Outras	-	254.217	(20.878)	-	152.489	(20.440)
Celpos	e)	Contrato de Mútuo	-	147.277	(7.298)	-	138.705	(7.742)
		Outras	-	147.456	(1.193)	-	155.095	(2.649)
			-	294.733	(8.491)	-	293.800	(10.391)
Coelba	b)	Uso da Rede	541	-	4.358	246	-	3.320
		Outras	-	592	-	-	87	-
			541	592	4.358	246	87	3.320
Cosern		Outras	357	705	-	87	42	-
Termopernambuco	a.1)	Energia comprada	-	65.833	(460.648)	-	61.293	(454.985)
	a.3)	Uso da Rede	-	40	(469)	-	36	(435)
		Outras	-	441	-	-	328	-
			-	66.314	(461.117)	-	61.657	(455.420)
Itapebi		Outras	2.403	821	-	-	255	-
Geração CIII		Outras	-	104	-	-	48	-
NC Energia	a.1)	Energia comprada	-	-	-	-	-	(285)
		Outras	-	31	-	-	79	-
			-	31	-	-	79	(285)
Neoenergia Serviços	d)	Prestação de serviço	-	907	(4.484)	-	267	(3.237)
		Outras	-	15	-	-	7	-
			-	922	(4.484)	-	274	(3.237)
Baguari I	a.2)	Energia comprada	-	295	(2.314)	-	274	(2.176)
		Outras	-	92	-	-	57	-
			-	387	(2.314)	-	331	(2.176)
Bahia PCH I		Outras	-	48	-	-	19	-
Rio PCH I	a.2)	Energia comprada	-	237	(1.858)	-	220	(1.754)
		Outras	-	55	-	-	25	-
			-	292	(1.858)	-	245	(1.754)
Neoenergia Investimentos		Outras	-	6	-	-	1	-
Goiás Sul	a.2)	Energia comprada	-	182	(1.374)	-	123	(692)
		Outras	-	67	-	-	29	-
			-	249	(1.374)	-	152	(692)
Geração Céu Azul		Outras	-	1	-	-	-	-
SE Naramdiba	c)	Uso da Rede	-	2	(10)	-	-	-
		Outras	-	22	-	-	13	-
			-	24	(10)	-	13	-
Afluentes Geração		Outras	-	45	-	-	15	-
Afluentes Transmissão	c)	Uso da Rede	-	26	(240)	-	27	(279)
		Outras	-	289	-	-	140	-
			-	315	(240)	-	167	(279)
Belo Monte Participações S.A.		Outras	-	-	-	-	709	-
Energética Águas da Pedra	a.2)	Energia comprada	-	1.603	(12.558)	-	-	-
		Outras	-	312	-	-	78	-
			-	1.915	(12.558)	-	78	-

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

NC Energia – Contratos nºs AM-002/2001 e AM-008/2001, com vigência até 2005, prorrogados até 2011, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I_- Contratos nºs CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato no CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nos CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(a.3) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

d) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

e) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

f) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.218 (R\$ 2.078 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.
- ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

• Instrumentos financeiros derivativos

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/12/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	236.788	236.788	40.871	40.871
Titulos e valores mobiliários	84.071	84.071	78.838	78.838
Contas a receber de clientes e outros	1.230.562	1.230.562	1.234.581	1.234.581
Passivo				
Fornecedores	(284.603)	(284.603)	(254.811)	(254.811)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(181.236)	(181.236)	(164.719)	(164.719)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(598.845)	(598.845)	(497.857)	(497.857)
Debêntures em moeda nacional	(651.112)	(651.317)	(509.790)	(507.483)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(6.205)	(6.205)	(6.916)	(6.916)
Instrumentos financeiros derivativos	8.387	8.387	11.559	11.559

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência						Efeito acumulado
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		31/12/11
					31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 334	EUR 357	R\$ 807	R\$ 789	815	829	
Passiva				72,5% do CDI			R\$ 843	R\$ 901	876	902	
									(61)	(73)	(61)
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 2.163	EUR 2.643	R\$ 5.235	R\$ 5.845	5.390	6.084	
Passiva				92% do CDI			R\$ 5.465	R\$ 6.680	5.663	6.681	
									(273)	(597)	(273)
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a	-	-	R\$ 175.323	R\$ 156.386	181.240	167.128	
Passiva				99,5% do CDI			R\$ 172.519	R\$ 154.679	172.519	154.899	
									8.721	12.229	8.721
Total									8.387	11.559	8.387

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos da Companhia (instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge) e as dívidas em moeda estrangeira da Companhia (respectivos itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 13.747 (R\$ 10.328, resultado negativo em 31 de dezembro de 2010).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

		Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
	Variação na taxa do US\$		
2011	-6,71%	416	416
		(416)	(416)
2010	8,64%	(597)	(597)
		597	597

✓ **Risco de encargos de dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
2011			
Ativos financeiros			
CDI	-0,83%	(2.561)	(2.561)
Passivos financeiros			
CDI	-0,83%	6.082	6.082
IGPM	0,14%	-	-
2010			
Ativos financeiros			
CDI	0,99%	1.185	1.185
Passivos financeiros			
CDI	0,99%	(4.606)	(4.606)
IGPM	-6,32%	2.656	2.656

Essas análises de sensibilidade tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nºs 15 e 16).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

- ✓ Gestão do capital

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

31. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos do não circulante para compra de energia são como segue:

Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
2012 a 2044	1.622.806	1.842.294	1.903.178	2.056.414	2.208.342	48.060.480

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011, e foram homologados pela ANEEL.

32. ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

O Plano nº 1 – CELPOS CD, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 2006 (que migraram do Plano BD). O CELPOS CD, por suas características de poupança individual (CD), não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

O Plano nº 2 – CELPOS BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 13.847 (R\$ 26.317 em 2010).

As contribuições provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Custo do imobilizado em curso	117	147
Despesas operacionais	<u>12.674</u>	<u>7.610</u>
Total	<u>12.791</u>	<u>7.757</u>

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	<u>12.361</u>	<u>11.648</u>	<u>134.916</u>	<u>138.608</u>
Subtotal	<u>12.361</u>	<u>11.648</u>	<u>134.916</u>	<u>138.608</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	144.395	151.972
Participação ativos	2.135	1.977	-	-
Desligados PDV	<u>737</u>	<u>730</u>	<u>189</u>	<u>415</u>
Subtotal	<u>2.872</u>	<u>2.707</u>	<u>144.584</u>	<u>152.387</u>
Total	<u>15.233</u>	<u>14.355</u>	<u>279.500</u>	<u>290.995</u>

Deliberação CVM nº 600 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM nº. 600/09, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados, determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O parecer atuarial da CELPOS, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira da fundação em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2011 e 2010 foram:

Plano de benefício/contribuição	2011	
	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,99%	10,99%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,30%	11,49%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,58%	6,58%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,00%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	0,15% / (tempo serviço +1)	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 Segregada por sexo	AT 2000 Segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	UP-84 Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% da Light franca	50% da Light franca 50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data de aposentadoria normal e 100% na data da elegibilidade à aposentadoria normal.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	

Plano de benefício/contribuição	2010	
	No. 1 - CD	No. 2 - BD
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,77%	10,77%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,94%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,83%	5,83%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15% / (tempo serviço +1)	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP-94	UP-94
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	UP-84 Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	50% da Light franca	50% da Light franca 50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data de aposentadoria normal e 100% na data da elegibilidade à aposentadoria normal.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	

Os valores reconhecidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	786.488	687.038	843	879
Valor justo dos ativos do plano	(472.191)	(446.178)	(3.149)	(2.088)
Déficit / (Superávit) para planos cobertos	314.297	240.860	(2.306)	(1.209)
Ganho (Perdas) atuariais não reconhecidas	(21.023)	61.528	1.898	1.607
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	(272)	(293)
Passivo (ativo) líquido	293.274	302.388	(680)	105
Limite do “corredor” para reconhecimento no resultado	78.649	68.704	315	208

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2011	2010	2011	2010
Custo do serviço corrente	914	1.427	87	135
Juros sobre as obrigações atuariais	71.403	74.542	105	122
Rendimento esperado dos ativos do plano	(51.462)	(52.465)	(270)	(179)
Custos de amortizações	-	-	22	-
(Ganhos) / perdas reconhecidos devido ao impacto da redução no plano	-	(10.342)	(103)	(36)
(Ganhos) / perdas reconhecidos devido ao impacto da liquidação antecipada no plano	-	(2.093)	-	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	<u>20.855</u>	<u>11.069</u>	<u>(159)</u>	<u>42</u>

Conforme previsto na Deliberação CVM nº. 600/09, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa, em um plano de benefício definido é o valor dos ganhos e perdas não reconhecidos que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido e contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2011	2010	2011	2010
Valor das obrigações no início do ano	687.038	714.500	879	996
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	914	1.427	87	135
Juros sobre a obrigação atuarial	71.403	74.542	105	122
Contribuições de participantes vertidas no ano	2.357	3.162	15	10
(-) (Ganho) / perda atuarial	80.375	(14.712)	(243)	(677)
(-) Benefícios pagos no ano	(55.599)	(51.118)	-	-
(-) Impacto da redução do plano	-	(9.690)	-	-
Impacto das alterações no plano	-	-	-	293
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	(31.075)	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>786.488</u>	<u>687.036</u>	<u>843</u>	<u>879</u>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	Plano BD		Plano CD	
	2011	2010	2011	2010
Valor justo dos ativos no início do ano	446.177	438.320	2.088	1.237
Rendimento esperado no ano	51.462	52.465	270	179
Ganho / (perda) atuariais nos ativos do plano	(2.176)	6.371	150	260
Contribuições de patrocinadoras (inclui benefícios pagos diretamente pelas patrocinadoras)	29.968	28.051	626	402
Contribuições de participantes	2.357	3.162	15	10
(-) Benefícios pagos pelo plano/empresa	(55.598)	(51.118)	-	-
(-) Impacto da liquidação antecipada no plano	-	(31.075)	-	-
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>472.190</u>	<u>446.176</u>	<u>3.149</u>	<u>2.088</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

A estimativa do empregador sobre as contribuições que se espera pagar ao plano durante o exercício de 2012:

	<u>BD</u>	<u>CD</u>
Contribuição da empresa	21.810	626

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida são:

	<u>Plano BD</u>	<u>Plano CD</u>
	<u>2012</u>	<u>2012</u>
Custo do serviço corrente	1.415	63
Juros sobre a obrigação atuarial	83.558	101
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(52.215)	(392)
Amortização do custo do serviço passado não reconhecido	-	22
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	(109)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	<u>32.758</u>	<u>(315)</u>

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativa aos planos avaliados foram selecionadas pela Celpe, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo fornecidas pela Faelba.

Os percentuais de alocação do valor justo dos ativos do plano ao total dos ativos, nos exercícios de 2011 e 2010 são os seguintes:

	<u>Plano BD</u>		<u>Plano CD</u>	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Renda variável	21,13%	20,00%	17,49%	15,14%
Renda fixa	68,52%	72,00%	77,57%	79,92%
Imóveis	3,00%	2,11%	0,00%	0,00%
Outros	7,35%	5,89%	4,94%	4,94%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e plano de saúde, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 2011, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 21.565 (R\$ 13.127 em 2010).

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

33. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos nomeados - subestações e usinas	08/10/11 A 08/10/12	108.659	266.116
Riscos nomeados - imóveis próprios e locados	08/10/11 A 08/10/12	126.706	310.313
Responsabilidade civil geral - operações	08/10/11 A 08/10/12	6.000	431.699
Veículos	08/10/11 A 08/10/12	-	24.887

Os seguros da Companhia são contratados conforme a respectiva política de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados e subestações e usina – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usina, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. O limite máximo a indenizar por evento é de R\$ 6.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos, e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

34. QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia pauta sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental. As ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Empresa. Em 2011, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

- **Rede compacta / Linha verde**

Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- **Conservação de energia**

Visando a educação ambiental e a preservação dos recursos naturais, a companhia vem investindo em projetos de eficiência energética, conforme obrigatoriedade estabelecida em contrato de concessão de energia.

A Celpe investe em projetos de diagnósticos e efficientização das instalações de clientes dos poderes públicos e privados, instituições beneficentes e educacionais e prédios tombados pelo Patrimônio Histórico.

Além de sensibilizar os clientes com o programa de Eficiência Energética, a Celpe doa equipamentos eficientes (geladeiras e lâmpadas), capacita agentes comunitários e municipais das prefeituras e promove ações educacionais nas universidades, escolas e comunidades carentes.

- **Certificação ambiental ISO 14001:2004**

Em 2011, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da norma ABNT NRB ISO 14001: 2004. Os processos abrangidos pelo SGA são: “Gestão da Aquisição de produtos e Gestão da Saúde ocupacional; gestão da segurança do trabalho; serviços; gestão da manutenção predial; planejamento de linhas de transmissão e subestações; Desenvolvimento de pessoas” (no Edifício Sede); “Geração de energia” (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha) e “Manutenção de subestação” (nas subestações Beberibe, João de Barros, Pina, São Caetano e Dom Avelar).

- **Licenciamento ambiental**

A CELPE mantém todas as suas Subestações, Redes de Distribuição, Linhas de Transmissão e a Usina Termoelétrica Tubarão, em Fernando de Noronha regularizados e licenciados pelo órgão ambiental estadual e municipal. O processo de licenciamento faz parte da rotina da Companhia, bem como sua renovação que acontece anualmente.

- **Emissões atmosféricas e de ruídos**

Semestralmente, a Celpe realiza o monitoramento da qualidade do ar em decorrência da emissão de gases dos geradores da Usina Tubarão, localizada na Ilha de Fernando de Noronha, cujos resultados estão de acordo com os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente. Além disso, foi realizado um estudo de dispersões de emissões gasosas que permite identificar a influência

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

dos empreendimentos na qualidade do ar. Ficou concluído, com esse estudo, que os poluentes da Usina Tubarão apresentam valores muito abaixo dos estabelecidos pela legislação, não causando nenhum impacto ambiental à região da ilha.

Em relação aos veículos da Companhia, a Unidade de Transporte utiliza o opacímetro para monitorar os níveis de fumaça preta dos veículos a diesel da frota, sendo os veículos com emissões acima do padrão encaminhados para manutenção corretiva.

- **Programa controle de queimadas**

A elevada incidência de interrupções no fornecimento de energia provocadas por incêndios em canaviais sob linhas de transmissão motivou a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) a elaborar um plano de ações em parceria com o IBAMA, CPRH, SINDAÇÚCAR e indústrias canavieiras, no sentido de sensibilizar a população da Zona da Mata do Estado de Pernambuco para os impactos socioambientais decorrentes de tais acontecimentos. Desde que foi implantada, em 2009, a iniciativa reduziu em 83% (*) o número de desligamentos. Na safra 2011/2012, o trabalho preventivo está sendo intensificado.

As instituições, por meio de ações conjuntas, também orientam as indústrias canavieiras em suas atividades de produção sob as linhas de transmissão. Na safra 2008/2009, a Celpe e a Chesf contabilizaram, juntas, 53 (*) ocorrências relacionadas à presença do fogo na extensão das linhas de transmissão de energia. No biênio seguinte, 2009/2010, o número de desligamentos motivados por este motivo caiu para 37 (*). Na safra 2010/2011, foram registradas nove interferências no sistema elétrico operado pelas duas empresas. A redução mais significativa, até o momento, foi percebida na atual colheita. Na safra 2011/2012 foi registrado, até o mês de novembro de 2011, apenas 1 (*) ocorrência relacionada à presença do fogo na extensão das linhas de transmissão de energia das Empresas. A previsão de conclusão da safra atual é fevereiro de 2012.

Na mobilização de 2011, dez usinas passaram por vistoria técnica e receberam palestras de sensibilização. Uma campanha educativa, que alerta para os riscos e consequências dos incêndios, está sendo divulgada em 30 municípios pernambucanos com spots em rádios locais, distribuição de folhetos e veiculação em carros de som nos dias de feiras livres.

(*) Informação não examinado por auditores independentes.

- **Programa ATUAR**

O Programa ATUAR - Adequações em Trechos Urbanos para Árvores e Redes destina-se ao manejo integrado da rede elétrica e da arborização urbana na cidade do Recife com a utilização de soluções de engenharia florestal, agrônômica e elétrica, com o objetivo de preservar o meio ambiente, garantir a qualidade do fornecimento de energia e assegurar os benefícios que a vegetação proporciona aos cidadãos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

O Programa ATUAR tem por base o diagnóstico da arborização urbana com incidência sobre a rede elétrica, desenvolvido pela CELPE, que indica as necessidades de adequação na rede elétrica e na arborização.

Para assegurar resultados mais eficazes, a CELPE assinou um Convênio com a Prefeitura do Recife para realizar ações integradas diante das propostas indicadas no Diagnóstico da Arborização possibilitando a gestão da arborização do município.

- **Gerenciamento de resíduos**

A CELPE possui uma norma para o Gerenciamento de seus Resíduos, onde estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final. Entre os tratamentos dos resíduos da empresa, podem-se citar a reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores, e rerrefino do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha. Cabe ressaltar que as empresas que atuam no gerenciamento de resíduo da CELPE são devidamente licenciadas perante os órgãos ambientais pertinentes.

- **Outras atividades**

Outra ação pertinente à Política de Meio Ambiente da Companhia que visa prevenir e minimizar os impactos ambientais é o apoio ao Projeto TAMAR no arquipélago de Fernando de Noronha, que objetiva proteger as tartarugas marinhas no Brasil.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente.

	Ativo (*)		Resultado (*)	
	2011	2010	2011	2010
Recursos aplicados	47.623	42.589	24.561	19.932

(*) Informação não examinado por auditores independentes.